

### **QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE**

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE: \_\_\_\_\_.

O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, por volta das \_\_\_\_ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA? DE QUE FORMA?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

DAS LESÕES SOFRIDAS, HOUVERAM SEQÜELAS PERMANENTES? QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL. (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS): \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Se a INVALIDEZ ou DEBILIDADE do autor é em grau: MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

QUAL A REPERCUSSÃO FUNCIONAL DA DEBILIDADE NO MEMBRO SUPERIOR/INFERIOR, ATINGIDO?

\_\_\_\_\_

Sem mais, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_.  
(Assinatura – carimbo – CRM)





P R O C U R A Ç Ã O "AD JUDICIA"

EU, **Italo Batista de Melo**, brasileiro, solteiro, ASG, com CPF nº 700.011.334-03, RG nº 003.465.781, residente na rua Monsenhor Julio Alves Bezerra, nº 1654, centro, Assú/RN, CEP 59.650.000, nomeia e outorga poderes a Outorgada: **KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO**, brasileira, casada, advogada; (OAB7469/RN) podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na Comarca ASSÚ-RN, podendo a outorgada, confessar, assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo, receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação, apresentar recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Assú-RN, em 17 de dezembro de 2019.

Outorgante: x Italo Batista de Melo

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

EU, **Italo Batista de Melo**, brasileiro, solteiro, ASG, com CPF nº 700.011.334-03, RG nº 003.465.781, residente na rua Monsenhor Julio Alves Bezerra, nº 1654, centro, Assú/RN, CEP 59.650.000. que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de Assú - Rio Grande do Norte. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Assú-RN, em 17 de dezembro de 2019.

Declarante: x Italo Batista de Melo

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



## DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

EU, **Italo Batista de Melo**, brasileiro, solteiro, ASG, com CPF nº 700.011.334-03, RG nº 003.465.781, residente na rua Monsenhor Julio Alves Bezerra, nº 1654, centro, Assú/RN, CEP 59.650.000. DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, por não ter meios suficientes, fazendo presente declaração nos termos - conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Assú-RN, em 17 de dezembro de 2019.

Declarante: Italo Batista de Melo

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



## DAI - Declaração Anual de Isento

Por Assessoria de Comunicação Social — publicado 26/02/2016 10h54, última  
modificação 28/06/2019 10h29

Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Com a edição da *Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008*, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008.

A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na *Lei 7.115/83*.

Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

*Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.*

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO  
Ibrahim Arbi-Ackel  
Hélio Beltrão

r Italo Batista de Melo



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS  
COM CLAUSULA "AD EXITUM"

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado EU, **Italo Batista de Melo**, brasileiro, solteiro, ASG, com CPF nº 700.011.334-03, RG nº 003.465.781, residente na rua Monsenhor Julio Alves Bezerra, nº 1654, centro, Assú/RN, CEP 59.650.000, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO BALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antônio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Campo grande-RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
- 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
- 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na clausula "ad exitum";
- 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
- 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..

Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.

Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Assú-RN, em 04 de dezembro de 2019.

Contratante: x Italo Batista de Melo

Telefone: 84 9.9703-5764 ou 9.9987-2203

Contratado: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO- OAB/7469



### TERMO DE DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins de direito e a que se fizerem necessários que pelo fato do declarante não ter meios como da entrada no processo administrativo junto a SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT, via administrativa em concordância e anuência da parte requerente, repassa a banca de advocacia- Assú/ Mossoró Seguros, na pessoa de seu representante legal- Wamberto Balbino Sales, brasileiro, casado, empresário, com CPF nº 282.131.144-34, com escritório localizado na Rua Antônio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, Mossoró-RN, toda documentação cabendo doravante, a banca de advocacia ingressar com a demanda em favor da parte autora- **Italo Batista de Melo**, brasileiro, solteiro, ASG, com CPF nº 700.011.334-03, RG nº 003.465.781, residente na rua Monsenhor Julio Alves Bezerra, nº 1654, centro, Assú/RN, CEP 59.650.000. Isento de responsabilidade total a banca de advocacia sobre o teor das provas trazidas as quais instruirão a demanda. Nada mais a declarar lavro o presente termo para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 299 do CPB.

Assú-RN, em 17 de dezembro de 2019.

Declarante: Italo Batista de Melo -



## TRABALHADOR

Esta é sua **Carteira de Trabalho - CTPS**, instituída pelo então Presidente Getúlio Vargas, por intermédio do Decreto nº. 22.035 de 29.10.1932 e posteriormente reformulada pelo Decreto-lei nº 5452 de 01.05.1945 que aprovou a CLT. Ela é o documento obrigatório para o exercício de qualquer emprego ou atividade profissional.

Nela deverão ser registrados todos os dados do Contrato de Trabalho, elementos básicos para o reconhecimento dos seus direitos perante a Justiça do Trabalho, bem como para a obtenção da aposentadoria e demais benefícios Previdenciários, garantindo, ainda, sua habilitação ao seguro desemprego e ao fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O conjunto de anotações contido neste documento e o seu estado de conservação, espelham a conduta a qualificação e as atividades profissionais do seu portador.

Pela sua importância, é seu dever protegê-la e Cuidá-la, pois além de conter o registro de sua vida Profissional e a garantia da preservação e validade de seus direitos como trabalhador e cidadão, contribui para assegurar o seu futuro e o de seus dependentes, tendo validade, também, como documento de identificação.

CONFECCIONADA COM RECURSOS DO  
FAT - FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR.

VISITE O PORTAL MTE: [WWW.MTE.GOV.BR](http://WWW.MTE.GOV.BR)

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

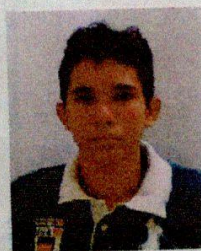
204.63775.23-0

0012693

0050

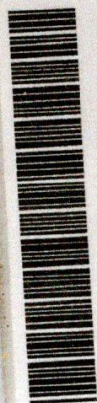
RN

Ítalo Batista de Melo



03

## QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



ÍTALO BATISTA DE MELO

FILIAÇÃO..... EMÍLIO LUDUVINO DE MELO  
SEVERINA GUILHERMINA NETO DE MELO

NASCIMENTO..... 15/01/1998

ESTADO CIVIL..... SOLTEIRO

NATURALIDADE: MOSSORÓ - RN

DOCUMENTO..... C. I. 3465781 12/08/2015 SSP/RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF..... 700.011.334-03

TÍT. ELEITOR:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: SRTE/RN - 25/08/2015

ZONA:

CNH.....

SEÇÃO:

## ALTERAÇÃO DE IDENTIDADE

ELIÇÃO	
DATA DE NASC. DE	PARA
DOCUMENTO	MOTIVO
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	
NOME	
DOCUMENTO	MOTIVO
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	
NOME	
DOCUMENTO	MOTIVO
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	
NOME	
DOCUMENTO	MOTIVO
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR	

## LEGENDA

1 - DIVÓRCIO 2 - RECONHECIMENTO DE PATERNIDADE 3 - DATA DE NASCIMENTO  
4 - ADOÇÃO 5 - MUDANÇA VOLUNTÁRIA

03

## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

04

## REGISTRO DE PROFISSÕES REGULAMENTADAS

NOME DO TITULAR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

REGISTRADO EM: / / SOB. N° LIVRO N°  
 FLS. PROC. N°  
 PROFISSÃO  
 FUNÇÃO  
 LEGISLAÇÃO  
 LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO DO EMPREGADOR

05

## DADOS PESSOAIS DO TRABALHADOR

GRUPO SANGÜÍNEO: FATOR RH: ☐ SIM ☐ NÃO  
 DIABETE: ☐ SIM ☐ NÃO  
 HEMOFILIA: ☐ SIM ☐ NÃO  
 ALERGIAS: ☐ SIM ☐ NÃO  
 DOADOR DE ÓRGÃOS (Dec. n° 879, de 12 de julho de 1993): ☐ SIM ☐ NÃO

## CARTEIRAS ANTERIORES

NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO  
 DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CARIMBO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR  
 NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO  
 DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CARIMBO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR  
 NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO  
 DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CARIMBO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR  
 NÚMERO SÉRIE UF DATA DE EMISSÃO  
 DATA DA ANOTAÇÃO ASSINATURA E CARIMBO DO FUNCIONÁRIO EMISSOR

06

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: CONSTRUTORA SOLARES LTDA  
 CNPJ: 02.773.312/0001-63  
 RUA DAS PAPOULAS, 28A - CENTRO  
 Município: Parnamirim UF: RN  
 Cargo: PORTEIRO  
 Data de Admissão: 02/05/2016  
 Registro: 004626  
 Remun. Específica: R\$907,00  
 (Novecentos e Sete Reais).

CONSTRUTORA SOLARES LTDA

Fransenberg Vasconcelos de Amorim

CPF: 035.859.614-95

Gerente Setor Pessoal

Ass. do empregador ou rogo c/test.

DATA DE SAÍDA: 30 de Julho de 2016

DATA DE DISPENSA CD N°

DATA DA CONTA

07



# CONTRATO DE TRABALHO

CERAMICA PROGRESSO FAB. LTDA - ME

CNPJ: 05.155.228/0001-74

END: Rod: BR304, KM119

Bairro: Parque Industrial, 1644

Cep: 59.513-000

Município: Itajá/RN

ESP. DO ESTABELECIMENTO *Simultânea*  
CARGO *Auxiliar de Serviços Gerais*  
CBO Nº *828110*

DATA DE ADMISSÃO *01* DE *outubro* DE *2016*  
REGISTRO Nº *309* FLS. / FICHA *12 LV*  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA *R\$ 890,00 P/mês*  
*(oitocentos e noventa reais)*

*CEPTOCERSSO*  
*Geovani Santos Batista*  
*CPF: 046.121.34.27*

DATA DE SAÍDA *01* DE *out* DE *2016*  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

08

# CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR  
CGC/CPF/CEI  
ENDEREÇO  
MUNICÍPIO UF  
ESP. DO ESTABELECIMENTO  
CARGO CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE  
REGISTRO Nº FLS. / FICHA  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

DATA DE SAÍDA DE DE  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

09

# CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR  
CGC/CPF/CEI  
ENDEREÇO  
MUNICÍPIO UF  
ESP. DO ESTABELECIMENTO  
CARGO CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE  
REGISTRO Nº FLS. / FICHA  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

DATA DE SAÍDA DE DE  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

10

# CONTRATO DE TRABALHO

EMPREGADOR  
CGC/CPF/CEI  
ENDEREÇO  
MUNICÍPIO UF  
ESP. DO ESTABELECIMENTO  
CARGO CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO DE DE  
REGISTRO Nº FLS. / FICHA  
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

DATA DE SAÍDA DE DE  
*ABC DO EMPREGADOR EM ABRIL 2016*

COM. DISPENSA CD Nº  
FGTS Nº DA CONTA

11





DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	
--------------------------	--

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
000000002120844663	CAT	08/11/2019	13.659,00	10/12/2019	13.872,00	32	1,00000	0,00	213,00
DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 10/01/2020									

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
out/2019					
DIC-No.de horas sem Energia	AÇU	0,00	5,43	10,86	21,73
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,30	6,60	13,20
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	3,11	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico		Limite DICRI: 12,22			
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 35,50					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

DESTAQUE AQUI				
CONTA CONTRATO	MÊS/ANO	TOTAL A PAGAR(R\$)	VENCIMENTO	TALÃO DE PAGAMENTO
000269142014	12/2019	128,10	17/12/2019	<p>Evite dobrar, perfurar ou rasurar.</p> <p>Este canhoto será usado em leitora ótica.</p>

Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 28/02/2020 16:11:47  
<https://pje1g.tjrj.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20022816114742200000051832511>  
 Número do documento: 20022816114742200000051832511



**SINISTRO 3200053231 - Resultado de consulta por beneficiário****VÍTIMA** ITALO BATISTA DE MELO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS**BENEFICIÁRIO** ITALO BATISTA DE MELO**CPF/CNPJ:** 70001133403**Posição em 28-02-2020 15:52:50**

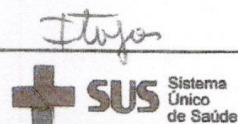
Seu pedido de indenização foi analisado e identificamos pendências que impedem a conclusão do processo. Por favor, regularize os documentos listados abaixo e entregue-os, no mesmo local onde você deu entrada, para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
➔ Boletim de ocorrência	Vitima	Não Conforme	
➔ Autorização de pagamento	Beneficiário	Não Conforme	ITALO BATISTA DE MELO





Estado do Rio Grande do Norte  
Prefeitura Municipal de Assu  
Secretaria Municipal de Saúde



## FICHA DE ATENDIMENTO E URGÊNCIA

## PRONTO SOCORRO MUNICIPAL

### DADOS DO PACIENTE/USUÁRIO/Nº REGISTRO:

Atendimento Nº: 172

Nome: Stelo Antônio De Melo Idade: 21a/15.01.1998 Sexo: M

Cartão SUS: 00000000000000000000 Nome da Mãe: Salomina Guilherme Neto De Melo Profissão:

Endereço (Rua/Av.): Rua Francisco Florêncio Lopes Nº: 102 Complemento:

Bairro: Parque Cidade: Assu Estado: RN Telefone:

Clínica:  Data: 29.06.2019 Hora: 13h41

Motivo da Procura:  Rubrica Servidor: Valéria

Assinatura do Paciente:

ACOLHIMENTO: ( ) Emergência ( ) Urgência (X) Não Urgência ( ) Acidente de Trabalho ( ) Acidente de Trânsito

Acolhimento com classificação de risco:

Queixa: Acidente de moto

Antecedentes Alérgicos: Não alérgico

HAS (N) DM: (N)

Assinatura:

Classificação: VERDE

### ANAMNESE:

Trauma joelho t/1

### EXAME FÍSICO:

Peso:  Temperatura: 36,5 F.C.:  PA: 100 x 60 F.R.:  Glasgow:   
SpO2:  HTG:

### EXAMES COMPLEMENTARES SOLICITADOS:

( ) Laboratório:

( ) Radiológico:

( ) ECG

( ) Outros

Hipótese do Diagnóstico:

CID:

Conduta: ( ) Medicação ( ) Observação ( ) Laudo para AIH

Médico: (Carimbo e Assinatura)

Saída: Data/Hora / / às : h. ( ) Alta referido para UBS ( ) Óbito

( ) Outra unid. Urgência ( ) Especialidade

( ) Internação no Hospital:

DR. CARLOS C. MONTES  
CRM - RN 3458




1) ...

2) Diprione + Amp IM

3) Catafeam + Amp IM

Fco. ...  
09 380030-TEC

  
Dr. Carla S.C. Martins  
CLINICA MEDICA  
GREVE - RN 3459





Ítalo Batista de Melo  
Laudo

Paciente sofreu acidente de moto no dia 14/06/19 e apresenta dor em joelho esquerdo, limitação da extensão total e não consegue apoiar o membro inferior esquerdo. Paciente em acompanhamento médico sem necessidade de alta.  
CID = S800

10/07/19

Fabiano Dantas de Carvalho  
Ortopedia e Traumatologia  
TEOT: 15176  
CRMN: 6672

Rua José de Macedo Freire, 73 Conjunto Janduí II - COHAB  
Fone: (84) 3331-4526 | CNPJ: 15.377.894/0001-00 - Assú-RN





Ítalo Batista de Melo

Laudo

Paciente sofreu trauma em  
joelho esquerdo apresentando  
dor, edema, diminuição arti-  
cular e limitação da  
extensão. Não consegue  
apoiar o membro inferior  
esquerdo.

Solicito auxílio junto  
ao INSS.

CID = S800

03/07/19

Fabiano Dantas de Carvalho  
~~Ortopedia e Traumatologia~~  
TEOT: 15176  
CRM/RN: 6672

Rua José de Macedo Freire, 73 Conjunto Janduí II - COHAB  
Fone: (84) 3331-4526 | CNPJ: 15.377.894/0001-00 - Assú-RN





## CLÍNICA OITAVA ROSADO

RUA: Juvenal Lamartine, 119 Centro - FONE: 84 - 3315 - 6900

Nome: Italo Batista de Melo

Data de nascimento: 15/01/1998 - 21 anos

Convênio: Credcard

Médico Solicitante: Dr(a): Fabiano Dantas de Carvalho

Exame realizado em: 02/08/2019

### RESSONÂNCIA MAGNÉTICA DO JOELHO ESQUERDO

**TÉCNICA:** Obtidas seqüências multiplanares ponderadas em T1 e T2 sem o uso do contraste venoso.

#### LAUDO:

Áreas de edemas/impactações ósseas fêmoro-tibiais, notadamente em compartimento lateral.

Tênue alteração de sinal intrassubstancial na periferia do corno posterior do menisco medial, sem extensão articular, de natureza degenerativa.

Menisco lateral de aspecto preservado.

Ligamento cruzado anterior adelgaçado, edemaciado e com aparente descontinuidade de suas fibras em seu trajeto proximal femoral.

Ligamento cruzado posterior verticalizado com sinal habitual.

Edema com abaulamento do ligamento colateral medial.

Ligamento colateral lateral com espessura e intensidade de sinal normais.

Tendão do quadríceps femoral e tendão patelar de espessura e sinal normais.

Pequeno derrame articular com sinais de leve sinovite/hoffite.

Edema em partes moles junto a inserção comum dos tendões da pata anserina.

Pequena quantidade de líquido livre e indefinição das fibras na junção miotendínea do poplíteo.

Cartilagem patelar de aspecto preservado.

Músculos e demais planos gordurosos de morfologia e sinal normais.

Fossa poplíteia de aspecto normal.

#### CONCLUSÃO:

- Áreas de edemas/impactações ósseas fêmoro-tibiais, notadamente em compartimento lateral.
- Alteração degenerativa inicial na periferia do corno posterior do menisco medial.
- Lesão complexa do ligamento cruzado anterior.
- Estiramento do ligamento colateral medial.
- Pequeno derrame articular com sinais de leve sinovite/hoffite.
- Bursite inicial pré/infra-patelar.
- Leve edema/peritendinite insercional dos tendões comuns da pata anserina.
- Estiramento/lesão parcial na junção miotendínea do poplíteo/canto pósterolateral.

Dr. Marcelo Pinheiro

CRM 6763

*Nota: Este exame deve ter estreita correlação com dados clínicos e avaliação do médico assistente para definição diagnóstica e conduta terapêutica.*



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADIAS**

**DETRAN - RN**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA 1  
COD RENAVAM 01188109259  
RNTIC \*\*\*\*\*  
EXERCÍCIO 2019

ITALO BATISTA DE MELLO

700.011.334-03  
PLACA ANT/UF QGS5B74

QGS5B74/RN

9CGNG3150K0002658

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA  
MARCA/MODELO YAMAHA/TER150 FACTOR ED  
COR PREDOMINANTE BRANCA

CAP/POT/CIL 149  
CATEGORIA PARTICULAR

COTA UNICA 0.00  
VENIC/COTAS 03/05/2019

1º PAGO  
2º PAGO  
3º PAGO

PARCELAMENTO/COTAS  
R\$ 32.52

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$) IOF (R\$) PRÊMIO TOTAL (R\$) DATA DE PAGAMENTO

\*\*\* TAXAS DETRAN: PAGO \*\*\* DPVAT: PAGO

OBSERVAÇÕES:  
ALIE. FID. EM FAVOR DE: 10.371.492/0001-85  
BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A  
MOTOR: G3G2E-075818

ITAJA/RN

DATA 17/04/2019

Carlos Roberto de Silva  
Coordenador de Registro de Veículos  
DETRAN-RN

**SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO AUTOMOTORES DEVIAM TER SEU TIPO OU POR SUAS CARGAS ANEXOS TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT**

**RN Nº 014100410499 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**

**www.seguradoralider.com.br**  
**SAC DPVAT 0800 022 1204**

VIA 1  
QFF / CNPJ 700.011.334-03  
PLACA QGS5B74

RENAVAM 01188109259  
MARCA/MODELO YAMAHA/TER150 FACTOR ED

ANO FAB. 2018  
CL. IMR 9  
NP CHASSI SC6RG3150K0002658

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$) DENATRAM (R\$) CUSTO DO SEGURO (R\$)

CUSTO DO BILHETE (R\$) IOF (R\$) TOTAL SER PAGO SEGURO (R\$)

☐ COTA UNICA ☐ PAGAMENTO ☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 08.248.808/0001-04

17-04-2018



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
1ª Vara da Comarca de Assu  
RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP: 59650-000

Processo: 0800624-15.2020.8.20.5100

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: ITALO BATISTA DE MELO

RÉU: SEGURADORA DPVAT

#### DESPACHO

Analizando-se o requerimento administrativo de ID n.º: 53774718, não verifico o seu indeferimento. Ao revés, o posicionamento da seguradora-ré, nesta mesma data (28/02/2020), solicita ao autor providências. Em que pese isso, ajuizou o autor prontamente a presente demanda.

Dessa forma, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, anexe aos autos a documentação conclusiva do indeferimento de seu pedido administrativo, bem como o boletim de ocorrência, sob pena de extinção prematura do feito.

AÇU/RN, data no ID do documento.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



EM ANEXO





**ASSÚ & ADVOGADOS ASSOCIADOS**

**Kelly Maria Medeiros do Nascimento**

Rua Doutor Luis Carlos, 275,

Dom Elizeu-Assú - RN

Tel.: (84) 9. 9991-1313

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE ASSU-RN.**

**Processo: 0800624-15.2020.8.20.5100**

**AUTOR: ITALO BATISTA DE MELO**

**RÉU: SEGURADORA DPVAT**

Douto Julgador,

**ITALO BATISTA DE MELO**, já devidamente qualificado nos autos, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve, vem perante V. Exa., expor e ao final requerer o seguinte:

Compulsando os autos observa-se fora proferido o seguinte despacho:

*" Analisando-se o requerimento administrativo de ID n.º: 53774718, não verifico o seu indeferimento. Ao revés, o posicionamento da seguradora-ré, nesta mesma data (28/02/2020), solicita ao autor providências. Em que pese isso, ajuizou o autor prontamente a presente demanda.*

*Dessa forma, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, anexe aos autos a documentação conclusiva do indeferimento de seu pedido administrativo, bem como o boletim de ocorrência, sob pena de extinção prematura do feito."*

O Direito Doutra Magistrada é uma ciência dialética, que significa o "caminho entre as ideias", consiste em um método de busca pelo conhecimento, muda, se adequa as transformações sociais, ao mundo no dia a dia. Dentro,



deste conceito filosófico se pode afirmar perfeitamente, o que é permitido hoje, amanhã poderá perfeitamente ser vedado , ou, vice e versa.

A Jurisprudência construída pelos nossos tribunais, implementam essas transformações no dia a dia, onde as lacunas da lei, são fechadas, avanços são implementados buscando a perfeita aplicação da norma jurídica que jamais chegara, devido a falibilidade humana, porque perfeito e justo, só Deus.

Adentrando ao despacho propriamente, exaurido nos autos, individualmente, será respondido focado na lei, jurisprudência constituída pelos tribunais superiores .

#### **- DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA TRATANDO-DE DE DPVAT:**

O seguro obrigatório, com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, passou a ser obrigatório, onde beneficiário nesses casos como ocorre com a Previdência Social, o cidadão antes terá que adentrar com o pedido na esfera administrativa.

A exigência de “**prévio requerimento**” não se confunde com o “exaurimento” das vias administrativas”, razão pela qual a instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com Carta Magna, visto que, o Supremo Tribunal Federal, não condicionou o ajuizamento das demandas relativas ao DPVAT, ao exaurimento da via inicial, nem poderia, visto que, dispõe a Constituição Federal que (art. 5º, XXXV), que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. Nesse sentido:

“ APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINAR. Segundo reiterada jurisprudência, não é necessária o esgotamento da via administrativa para postular indenização em juízo, sob a égide da Constituição Federal, artigo 5º, inciso xxxiv, alínea a. LIMITAÇÃO DA INDENIZAÇÃO COM BASE EM RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS - CNSP. INVIABILIDADE. RESOLUÇÃO QUE CONTRARIA DISPOSIÇÃO DE LEI. INAPLICABILIDADE DA MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008, POIS SUA APLICAÇÃO ESTÁ LIMITADA AOS SINISTROS OCORRIDOS A PARTIR DE 16/12/2008, QUANDO PASSOU A SER OBRIGATÓRIA A APURAÇÃO DO GRAU DA INCAPACIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. AFASTARAM A PRELIMINAR E NO MÉRITO, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO E DERAM PROVIMENTO AO RECURSO ADESIVO. (Apelação Cível Nº 70045166444, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Artur Arnildo Ludwig, Julgado em 14/06/2012).”

E ainda:

“ APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE PLEITO ADMINISTRATIVO. Não há se falar em carência da ação, por falta de



interesse de agir, em razão da ausência de pedido administrativo do pagamento de indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT), porquanto o esgotamento da pretensão na via administrativa não é requisito ao ingresso em juízo. Inteligência do art. 5º, XXXV, da CF/88. APELO PROVIDO PARA DESCONSTITUIR A SENTENÇA. (Apelação Cível Nº 70031424971, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 06/11/2009).”

A respeito do assunto, ensina Alexandre de Moraes:

“Inexiste a obrigatoriedade de esgotamento da instância administrativa para que a parte possa acessar o Judiciário. A Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial, uma vez que excluiu a permissão, que a Emenda Constitucional nº 7 à Constituição anterior estabeleceria, de que a lei condicionasse o ingresso em juízo à exaustão das vias administrativas, verdadeiro obstáculo ao princípio do livre acesso ao Poder Judiciário”.

**- DA NÃO OBRIGATORIEDADE DA JUNTADA DO BOLETIM DE OCORRENCIA:**

Os nossos tribunais superiores vem entendendo que, existem outros meios de se comprovar o acidente de trânsito e não apenas o boletim de ocorrência.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, nos casos onde não fora instruído as demandas com boletim de ocorrência assim tem decidido:

ORGAO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Processo: **APELAÇÃO CÍVEL - 0820955-39.2016.8.20.5106**

APELANTE: **ANTONIO NOGUEIRA EUFRASIO**

Advogado(s): **KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO**

APELADO: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Advogado(s): **PATRICIA ANDREA BORBA**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA, SOB A ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE POR BOLETIM DE OCORRÊNCIA TARDIO. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A COMPROVAÇÃO DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. DIREITO DO AUTOR PROVADO



MEDIANTE FOLHA DE PRONTUÁRIO MÉDICO E LAUDO PERICIAL. GRADAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS E SÚMULA 474 DO STJ. FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE ACORDO COM ART. 3º, § 1º, INCISOS I E II, E TABELA DA LEI Nº 6.194/74. PRECEDENTES. APELO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.”

**E mais:**

*"EMENTA: DIREITO CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E LEGISLAÇÃO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIAS TERRESTRES (DPVAT). BOLETIM DE OCORRÊNCIA QUE NÃO SE REVESTE DO CARÁTER DE ÚNICO DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR O NEXO DE CAUSALIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO SUFICIENTE A ENSEJAR O PAGAMENTO DO VALOR APURADO EM PERÍCIA. INVALIDEZ PERMANENTE ATESTADA EM TODOS OS LAUDOS MÉDICOS CONSTANTES DOS AUTOS. TERMO INICIAL DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA QUE NÃO MERECE RETIFICAÇÕES. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO INTERPOSTO CONHECIDO E DESPROVIDO.” (Apelação Cível 2016.014941-1. Relator: Juíza Maria Socorro (Convocada). J. 02/02/2017) (destaquei).*

A Terceira Câmara Cível do TJRN, também tem posicionamento de que as demandas relacionadas ao DPVAT, outros meios podem ser utilizados para comprovar o sinistro:

***Apelação Cível n.º 2014.006728-5.***

***Órgão Julgador: 3ª Câmara Cível.***

***Rel. Des. Cláudio Santos.***

***Data do Julgamento: 16.12.2014.***

**"EMENTA:**



CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÕES CÍVEIS. **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.** PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR, SUSCITADA PELA DEMANDADA. REJEIÇÃO. MÉRITO. **NEXO DE CAUSALIDADE. ALEGADA INÉPCIA DA INICIAL, POR AUSÊNCIA DE BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DOCUMENTO PRESCINDÍVEL ANTE A POSSIBILIDADE DE PROVA DO SINISTRO POR OUTROS MEIOS. VESTIBULAR APTA A PROCESSAMENTO.** VALOR INDENIZATÓRIO. FIXAÇÃO DE ACORDO COM A PROPORCIONALIDADE DA INVALIDEZ. SÚMULA 474 DO STJ. RECURSO REPETITIVO Nº 1.246.432/RS. GRADAÇÃO QUE DEVE SER OBSERVADA PARA FATOS OCORRIDOS MESMO ANTES DA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 451/2008. PRECEDENTES DO STJ. TABELA EDITADA PELO CNSP/SUSEP. LEGALIDADE. RECURSO REPETITIVO RESP 1.303.038/RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DO PAGAMENTO A MENOR. JURISPRUDÊNCIA DO TJRN. PERÍCIA MÉDICA REALIZADA NO MULTIRÃO DPVAT. REGULARIDADE. PRECEDENTES. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. OMISSÃO DE RECEBIMENTO PARCIAL DA INDENIZAÇÃO. ALEGADO EQUÍVOCO. MÁ-FÉ QUE NÃO RESTOU COMPROVADA. CONDENAÇÃO AFASTADA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DOS RECURSOS."

A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o *Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não*, assim estabelece, em seu artigo 5º:

*"Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado".*

Nada mais claro Douta Magistrada, é que a seguradora cria obstáculos enormes para indenizar as vítimas, dentre os quais suscitam em suas contestações de plano: “**Necessidade do Boletim de Ocorrência**”, sendo que, nesse aspecto, os beneficiários ficam impossibilitados de acostarem a demanda boletim visto que, na esfera policial, não interpelados pela autoridade policial, se estão habilitados, ou, não. Em resposta negativa são advertidos que caso desejem registrar o ocorrido responderão um “**Termo Circunstanciado**”.

Ora Preclara Magistrada, com tem decidido os tribunais outras forma de provas podem ser perfeitamente utilizadas para comprovar o acidente de trânsito, a começar pelo art. 5º da Lei nº 6.194/74, que determina o pagamento da indenização mediante a “**Simples**” prova do acidente e do “**Dano**” por ela provocado.

Ressalte-se ainda que na fase instrutória caso a requerida entenda que o nexo causal não esteja devidamente comprovado a Seguradora Lider, poderá utilizar os meios de defesa constitucionalmente a ela disponibilizados: (**Princípio do Contraditório, Ampla Defesa e Devido Processo Legal**).



Quanto ao valor da indenização, é assente na jurisprudência pátria que deve ser aplicada a gradação indenizatória prevista no art. 3º, § 1º, incisos I e II, da Lei nº 6.194/74, nos termos consolidados na **Súmula 474 do STJ** (“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”).

**- DO REQUERIMENTO:**

Pelo exposto, requer a V. Exa., que seja dado prosseguimento ao feito em tela, sendo citada a requerida para querendo responder, sendo nomeado perito de confiança do Douto Juízo, para realizar a prova pericial nos termos do art. 31, II da Lei nº 11.945/2009, sendo desta forma feita Justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Assú-RN, em 10 de março de 2020.

Kelly Maria Medeiros do Nascimento  
OAB/RN 7469.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP:  
59650-000

Autos n.º 0800624-15.2020.8.20.5100

Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: ITALO BATISTA DE MELO

Réu: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do *meritum causae*, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresenetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, quadra cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

**Ficando desde já a requerida intimada para, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o pagamento referentes aos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).**

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

ASSU/RN, data no ID do documento.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP:  
59650-000

Autos n.º 0800624-15.2020.8.20.5100

Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: ITALO BATISTA DE MELO

Réu: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do *meritum causae*, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apreenetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, quadra cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

**Ficando desde já a requerida intimada para, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o pagamento referentes aos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).**

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

ASSU/RN, data no ID do documento.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

1ª Vara da Comarca de Assu

RUA DR LUIZ CARLOS, 230, Fórum da Justiça Estadual, NOVO HORIZONTE, AÇU - RN - CEP:  
59650-000

Autos n.º 0800624-15.2020.8.20.5100

Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Autor: ITALO BATISTA DE MELO

Réu: SEGURADORA DPVAT

DESPACHO

Defiro momentaneamente o requerimento de assistência judiciária gratuita, ante a afirmação da parte requerente ser necessitada de assistência judiciária e de achar-se em condição de pobreza jurídica, sob as penas da lei e de pagamento do décuplo das custas judiciais, na forma do disposto no art. 5º, LXXIV, da CF, art. 98 do CPC/2015 e dos arts. 2º, § único, e 4º, § único, da Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei nº 1.060/50)

Considerando ser improvável a realização de conciliação neste caso, deixo de aprazar audiência de conciliação e, por ser premente a necessidade de realização de perícia médica judicial à análise do *meritum causae*, defiro, desde já, a produção da prova.

Cite-se a seguradora-ré para, querendo, apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias, devendo carrear aos autos cópia integral do procedimento administrativo respectivo ao sinistro narrado na exordial, manifestando-se, ainda, quanto à eventual ocorrência de prescrição, litispendência e coisa julgada no caso sob análise, sob pena de revelia. Deverá, nessa mesma oportunidade, se assim desejar, apresentar quesitos técnicos respectivos à perícia judicial, bem como nomear seu assistente técnico.

Com a defesa, intime-se a parte autora, por seu advogado, para apresenetar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, ainda, apresentar sua quesitação pericial e nomear o respectivo assistente técnico, se assim desejar.

Ultrapassadas tais etapas, em atenção à celeridade processual, procedo à nomeação do médico **Dr. Eduardo Chagas Carvalho, CRM/RN nº. 6860, CPF/MF nº. 030352564-97, RG nº. 2381637 SSP/PB, residente e domiciliado à Rua Padre Sandoval Ferrer, 380, Cento, São Bento/PB. Dados bancários: Banco do Brasil, agência 1134-7 e conta corrente nº. 13085-0**, quadra cuja aceitação do encargo deu-se mediante o comparecimento espontâneo a esta vara.

Ato contínuo, determino o aprazamento da perícia médica pela Secretaria Judiciária, devendo as partes serem intimadas com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, salientando-se que a eventual ausência da parte autora deve ser comprovadamente justificada, sob pena do prosseguimento do feito sem a produção da prova.

Nesse aspecto, determino que a intimação da parte autora dar-se-á pessoalmente, por carta ou mandado, dirigido ao endereço constante em seu comprovante de residência, e por intermédio de seu advogado constituído.

Após a realização da perícia judicial, o laudo médico deverá ser apresentado pelo perito no prazo de 20 (vinte) dias.

**Ficando desde já a requerida intimada para, conforme Convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça deste estado e a Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT, no prazo de 10 (dez) dias, providenciar o pagamento referentes aos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).**

Frise-se que o depósito judicial abrangerá o valor total das perícias feitas, sendo necessário apenas uma guia de pagamento para tanto, em atenção à economia e celeridade processual.

Feito o pagamento, deve a Secretaria Judiciária juntar a cada processo cópia da lista referida e do respectivo comprovante de depósito, expedindo alvará judicial para levantamento pelo perito em seguida.

Nessa mesma oportunidade, intemem-se as partes para, no prazo comum de 10 (dez) dias, manifestarem-se, requerendo o que entenderem de direito. Havendo impugnação à prova, intime-se o perito judicial para que, também no prazo de 10 (dez) dias, apresente os esclarecimentos que julgar pertinentes.

Com a manifestação do profissional, intemem-se as partes para que, no prazo comum de 10 (dez) dias, tomem ciência da resposta.

Cumpridas as diligências ora determinadas em sua integralidade, voltem-me conclusos para sentença.

Publique-se.

ASSU/RN, data no ID do documento.

ALINE DANIELE BELEM CORDEIRO LUCAS

Juiz(a) de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)